



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 58 / 2019

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 58/2019,
CELEBRADO ENTRE A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO
DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO
GROSSO DO SUL, E A **CÂMARA MUNICIPAL DE**
CARACOL/MS, VISANDO A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO EM APOIO
AO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, inscrito no CPNJ/MF n.º 03.883.929/0001-02, com sede à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, n.º 23, Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, neste ato representado por seu Presidente, em exercício, o Desembargador **DIVONCIR SCHREINER MARAN**, portador do RG n.º 852.235 SSP/PR, CPF n.º 057.416.299-20, doravante designado simplesmente **TRE/MS** e a **CÂMARA MUNICIPAL DE CARACOL/MS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Libindo Ferreira Leite, n.º 251, Bairro Centro, em Caracol/MS, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.380.504/0001-51., neste ato representado por seu Presidente, o Vereador **OSEIAS FERREIRA FORTE**, inscrito no CPF/MF n.º 000.434.851-62, doravante designado simplesmente **CÂMARA**, têm entre si justo e avençado, em esforço estratégico e conjunto, visando à incorporação de dados biométricos e revisão do eleitorado, resolvem celebrar o presente **Termo de Cooperação**, em consonância ao disposto na Resolução TSE n.º 23.440/15, especialmente o disposto em seu artigo 12, § 1º, com fundamento também no parágrafo único do art. 7º e inciso III do art. 9º, ambos da Lei n.º 7.444/85, bem como das Resoluções TRE/MS n.º 580/2016 e 651/2019, e do Provimento CGE/TSE n.º 3/2019, observando-se, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

1.1 – O presente Termo de Cooperação tem por objeto o acordo entre a **CÂMARA** e o **TRE/MS**, para a prestação de serviços de interesse público para viabilizar a execução do Programa Biometria, da Justiça Eleitoral, com a revisão de eleitorado no município de **CARACOL/MS**, mediante a coleta de dados biométricos, a fim de ser mobilizado o maior número possível de cidadãos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO

2.1 – A **CÂMARA** se compromete a ceder recursos humanos, infraestrutura e a promover a divulgação dos trabalhos de cadastramento biométrica, de forma a auxiliar a Justiça Eleitoral na prestação dos serviços à população.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 – A CÂMARA obriga-se a:

I - Quanto à cessão de pessoal de apoio ao recadastramento:

a) ceder 2 (dois) colaboradores (dentre servidores efetivos, comissionados, contratados e/ou estagiários), para a execução dos trabalhos, devendo indicar previamente ao Cartório Eleitoral a relação com os nomes dos agentes que desempenharão as atividades relacionadas à biometria, os quais deverão apresentar-se a partir do dia 07.10.2019, para receber treinamento no local de atendimento eleitoral em **Caracol**. A cedência abrangerá o período compreendido entre 07.10.2019 a 05.12.2019, e o perfil do colaborador deverá atender aos requisitos mínimos para operacionalização do atendimento eleitoral, como conhecimentos básicos de microinformática e capacidade de atendimento ao público;

b) os colaboradores indicados não poderão ter vínculo com partidos políticos, nem incidir em quaisquer outras vedações inerentes aos servidores vinculados à Justiça Eleitoral;

c) determinar aos seus colaboradores, conforme o caso, a obediência às normas e regras internas da Justiça Eleitoral relacionadas aos normativos, procedimentos e horários;

d) proceder, quando necessário, à substituição do colaborador que estiver impossibilitado de comparecer ao posto de trabalho;

e) manter os direitos e vantagens inerentes aos cargos dos servidores e/ou demais colaboradores disponibilizados;

II - Quanto à divulgação nas vias de comunicação:

a) fazer divulgação em mídias sociais, em quadros internos (mural) da sede do Poder Legislativo Municipal e outros prédios públicos, sobre a necessidade e importância do recadastramento eleitoral, mediante a coleta de dados biométricos, convocando os munícipes em mora a dirigirem-se à unidade de atendimento da Justiça Eleitoral;

III - Quanto à infraestrutura em apoio ao recadastramento:

a) ceder, durante o período de vigência do presente Termo, 1 (uma) máquina fotocopiadora de porte médio ou grande, com *tonners* reservas, para otimizar a extração de cópia de documentos dos eleitores e/ou impressão de expedientes que se fizerem necessários ao atendimento revisional, permitindo maior agilidade nos trabalhos e menor tempo de espera aos munícipes;

b) fornecer *link* de comunicação para a Justiça Eleitoral, com mínimo de 2 Mb/s de velocidade, no local designado para atendimento eleitoral, formalizado sob Termo de Cessão de Uso Gratuito n.º 09/2019.

c) fornecer utensílios e material de limpeza, assim como colaboradora responsável pelo asseio e limpeza diária do ambiente cedido para a revisão de eleitorado, bem como dos banheiros localizados no imóvel;

3.2 - O TRE/MS, obriga-se a:

a) fornecer todos os equipamentos e mobiliários necessários à montagem da infraestrutura de atendimento biométrico ao eleitor;

b) fiscalizar os serviços da presente avença e acionar a **CÂMARA** para a correção de eventuais falhas ou irregularidades cometidas em sua execução;

c) fornecer o material de expediente necessário ao recadastramento biométrico de eleitores;

d) coordenar e supervisionar o pessoal que executará as atividades relacionadas à atualização do cadastro eleitoral, mediante incorporação de dados biométricos nos serviços ordinários ou de revisão.

PARÁGRAFO ÚNICO – A execução e a fiscalização do presente ACORDO caberão aos responsáveis designados por cada um dos signatários, os quais terão poderes para praticar quaisquer atos necessários à fiel execução do ACORDO e do Plano de Trabalho anexo, dando ciência das providências adotadas à autoridade administrativa competente.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 – O presente ACORDO é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os PARTICIPES. Em sua execução, este Termo de Cooperação será operacionalizado sem ônus para a Justiça Eleitoral, com exceção daquele decorrente do fornecimento de material de expediente e preparação da infraestrutura física, lógica e de informática, que ficará a cargo do TRE/MS, cabendo à **CÂMARA** a cedência temporária de recursos humanos, auxílio logístico e de divulgação.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 – O extrato do presente Termo será publicado de acordo com a forma usual de publicidade dos atos da **CÂMARA**, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura e no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, ficando esta última a cargo do TRE/MS.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – Este Termo de Cooperação terá vigência a partir de sua assinatura, com termo final em **05.12.2019**, data prevista quando devolução dos colaboradores disponibilizados para os trabalhos revisionais;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

7.1 – Este Termo de Cooperação poderá, mediante assentimento das partes, ser alterado por meio de Termo Aditivo ou denunciado pelos interessados, de forma isolada ou conjunta, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações e atribuições previstas legal e constitucionalmente para cada um deles.

PARÁGRAFO ÚNICO – A eventual denúncia deste Termo não prejudicará a execução dos serviços que tenham sido instituídos, devendo as atividades já iniciadas serem finalizadas com a mesma forma de divulgação com o fito de resguardar o direito dos munícipes à informação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 – Todas as comunicações ao presente serão efetuadas por escrito, com a devida comprovação. As ações que venham a se desenvolver em decorrência deste Termo de Cooperação que requeiram formalização jurídica para a sua implementação terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução e demais requisitos definidos em instrumento legal pertinente acordado entre os PARTICIPES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente ACORDO poderá ser divulgado por qualquer dos PARTICIPES, em conjunto ou isoladamente, devendo ser destacada, igualitariamente, as participações de cada um, sendo vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

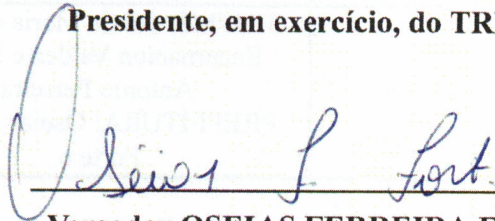
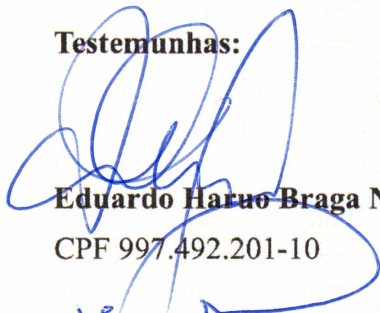
PARÁGRAFO SEGUNDO – Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimento entre os PARTICIPES, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Campo Grande/MS, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, por estarem ajustados, os PARTICIPES assinam o presente ACORDO, cujo original ficará arquivado no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e na Câmara Municipal de Caracol/MS.

Caracol/MS, 13 de setembro de 2019.

Desembargador DIVONCIR SCHREINER MARAN**Presidente, em exercício, do TRE/MS****Vereador OSEIAS FERREIRA FORTE****Presidente da Câmara Municipal de Caracol/MS****Testemunhas:****Eduardo Haruo Braga Nagata**

CPF 997.492.201-10

**Hardy Waldschmidt**

CPF 352.902.001-00

TRE/MS E CÂMARA MUNICIPAL DE CARACOL**ANEXO – PLANO DE TRABALHO**

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL (IS)	PRAZO
Incrementar a divulgação sobre a revisão de eleitorado com biometria nos meios de comunicação.	Assessorias de Comunicação do TRE/MS e da Câmara Municipal.	Atividade contínua até 29.11.2019.
Ceder 1 (uma) máquinas fotocopadora, com tonners reservas.	Câmara Municipal	Atividade contínua até 29.11.2019.
Ceder 2 (dois) colaboradores para apoio à revisão eleitoral com biometria	Câmara Municipal	Cedência entre o período de 07.10.2019 a 05.12.2019.
Prover infraestrutura física e de rede de dados (link de internet)	Câmara Municipal	Atividade contínua até 29.11.2019.
Prover serviço de limpeza e asseio diário no local de atendimento, assim como dos banheiros disponibilizados ao público.	Câmara Municipal	Atividade contínua até 29.11.2019.
Prover infraestrutura mobiliária e de equipamentos de TIC.	TRE/MS.	Atividade contínua até 29.11.2019.
Prover microcomputadores e kits de coleta biométrica, bem como fornecer treinamento de como operá-los.	TRE/MS.	Atividade contínua até 29.11.2019.
Fornecer os equipamentos, material gráfico de	TRE/MS.	Atividade contínua até

divulgação e material de expediente necessário à execução do serviço.		29.11.2019.
Fiscalizar e gerir as ações do presente acordo	TRE/MS: Olívia Maria de Jesus Encarnacion Valdez e Silva e Antonio Ferreira. PREFEITURA: Oseias Ferreira Forte e .	Atividade contínua até 05.12.2019.

Campo Grande - MS, 13 de setembro de 2019

0012468-83.2018.6.12.8000

0717768v8

